



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Penedo

1

Sexta-feira • 11 de Junho de 2021 • Ano IX • Nº 1824

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Prefeitura Municipal de Penedo publica:

- **Termo se Contrato de Locação de Imóvel - Processo Nº 0006275/2021 - Contrato Nº 018/2021/SEMAEG** - Contrato de locação de imóvel que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Penedo, por intermédio da secretaria municipal de fazenda, e a SR.(A) Luciana Canuto Donato de Andrade.

**TRANSPARÊNCIA**  
**AUTONOMIA** **OFICIALIDADE**

**Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.**

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente.  
A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

## Licitações



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO

### TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO Nº 0006275/2021

CONTRATO Nº 018/2021/SEMAEG

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PENEDO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
FAZENDA, E A SR(a) LUCIANA  
CANUTO DONATO DE ANDRADE.**

A Prefeitura Municipal de Penedo, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, com sede na Avenida Wanderlei, nº141, Santa Luzia, Santa Luzia, Penedo/Alagoas, inscrita no CNPJ sob o nº 12.243.697/0001-00, neste ato representado pelo Senhor Luiz Alberto Nogueira Moreira, RG nº 99830230 SSP/BA, CPF 073.822.515-00 em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 658/2020, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, e a Senhora Luciana Canuto Donato Andrade RG nº 2000001133947 SSP/AL e CPF nº 051.532.224-54, residente e domiciliada no endereço na Avenida Aristeu de Andrade, nº492, AP 702, Farol, Maceió/AL denominada LOCADORA, tendo em vista o que consta no Processo 0006275/2021, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 8.245, de 1991, bem como demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a locação de imóvel comercial situado no endereço **LOCALIZADO NO ESPAÇO EMPRESARIAL, EDIFÍCIO NORCON, SALA 1206, Nº 2789, BAIRRO MANGABEIRAS, MACEIÓ/AL**, para abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas Governamentais – SEMAEG.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. O presente contrato foi firmado mediante dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza na hipótese de “compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

3.1. O LOCADOR obriga-se a:

3.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

3.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;

3.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

3.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

3.1.6. Fornecer à LOCATÁRIA descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

3.1.7. Fornecer à LOCATÁRIA recibo discriminado das importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

3.1.8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;

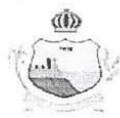
3.1.9. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;

3.1.10. Entregar o prédio em perfeito estado de habitabilidade, os sistemas de ar-condicionado, combate a incêndio e rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

3.1.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

3.1.12. Exibir à LOCATÁRIA, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

3.1.13. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCATÁRIA**

4.1. A LOCATÁRIA obriga-se a:

4.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;

4.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

4.1.3. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

4.1.4. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

4.1.5. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

4.1.6. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

4.1.7. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

4.1.8. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

4.1.9. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

4.1.10. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

4.1.11. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos, caso existam.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO**

5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

5.1.1. A LOCATÁRIA fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

5.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambrís, biombos, cofre construído, tapetes, etc., e que tenham sido comprovadamente inseridas por ela, poderão ser retiradas pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios, conforme laudo de vistoria anexo.

5.3. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pela LOCATÁRIA, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

5.4. O imóvel é entregue com 03 (três) equipamentos de ar condicionado, móveis instalados, 04 poltronas, 11 cadeiras, conforme Laudo de Vistoria que constitui parte anexa e integrante deste instrumento. Constitui dever do LOCATÁRIO dar manutenção preventiva e corretiva dos móveis e equipamentos constantes no imóvel.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL**

6.1. O valor do aluguel mensal é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) perfazendo o valor global anual de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).

6.2. As despesas de condomínio, IPTU e taxa de bombeiro estão incluídas no valor previsto no item 6.1, e serão pagas diretamente pela LOCADORA.

6.3. As despesas com energia elétrica, internet, TV a cabo e afins são de responsabilidade da LOCATÁRIA, e serão suportadas a partir da data do efetivo recebimento das chaves, após a vistoria e liberação do imóvel para uso. Constitui obrigação da LOCATÁRIA providenciar a alteração da titularidade da conta de energia elétrica perante a respectiva empresa concessionária, mantendo a LOCADORA isenta de toda e qualquer responsabilidade sobre as faturas decorrentes do uso de energia.

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

6.3.1. Caso a primeira fatura de energia elétrica contemple período não utilizado pela LOCATÁRIA, deverá haver o seu rateio proporcional entre LOCADORA e LOCATÁRIA, devendo o acertamento desta proporção se dar na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADORA e LOCATÁRIA suas respectivas partes da parcela. Caso a LOCATÁRIA a pague na integralidade, a parte de responsabilidade da LOCADORA será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acertamento preferencialmente no pagamento do último aluguel.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, até o dia 11 (onze) de cada mês, iniciando-se o primeiro vencimento em 11/06/2021, e deverá ser efetuado mediante depósito bancário, na conta de titularidade da LOCADORA, no Banco Nu Pagamentos S.A. (260), Agência 001, Conta 48165956-4.

7.1.1. O respectivo comprovante de depósito/transferência constitui recibo para fins de comprovação de quitação dos valores devidos.

7.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observada a tabela progressiva de imposto de renda.

7.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.4. A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.5. Em caso de atraso no pagamento dos valores previstos neste instrumento, sobre o valor inadimplido recairão juros moratórios de 1% ao mês, atualização monetária pelo IGPM/FGV incidente até a data do efetivo pagamento e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor já corrigido. Em caso de necessidade de cobrança por meios judiciais, sobre o valor cobrado recairão honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento), além de custas e despesas judiciais apuradas.

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA CAUÇÃO**

8.1 O LOCATÁRIO, a título de caução, fará o depósito no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscientos reais). O valor a ser dado como caução é equivalente a 01 (um) mês de aluguel. O depósito será feito até o dia 11/06/2021 em conta de titularidade da LOCADORA, no Banco Nu Pagamentos S.A. (260), Agência 001, Conta 48165956-4.

**9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a partir da data da sua assinatura, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

9.1.1. Toda prorrogação de contratos será precedida da comprovação da vantajosidade da medida para a Administração, inclusive mediante a realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

9.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO**

10.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991, ficando desde já autorizada a LOCATÁRIA a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta do LOCADOR.

**11. CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE**

11.1. Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do **Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M** ou **Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

11.1.1. Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

11.2. O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

11.3. A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**12. CLÁUSULA DOZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Penedo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**ÓRGÃO:** 07.000 – Secretaria Municipal de Ações Estratégicas Governamentais-SEMAEG  
**UNID.ORÇAMENTÁRIA:** 07.001 – Secretaria Mun. De Ações Estrat. Governamentais;  
**PROJETO ATIVIDADE:**4.205 – Manutenção dos Serviços Tec. Adm. Da SEMAEG;  
**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF  
**FONTE DE RECURSO:** 0010 – Recursos Próprios;  
**VALOR:** R\$ 43.200,00

**13. CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO**

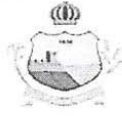
13.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do LOCADOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

13.1.4. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

**14. CLÁUSULA QUATORZE - DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA QUINZE - DAS INFRACÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. multa moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias;

c. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;

d. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Penedo, pelo prazo de até dois anos;

e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.1.1. a penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

- a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município de Penedo e cobrados judicialmente.

15.6. Caso a LOCATÁRIA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de cadastro da Prefeitura de Penedo.

15.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

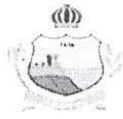
**16. CLÁUSULA DEZESSEIS - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**17. CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. A LOCATÁRIA, no seu lícito interesse, poderá rescindir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**17.1.1.** A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos à LOCATÁRIA, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.

**17.2.** Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

**17.2.1.** Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa do LOCADOR, a LOCATÁRIA o ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**17.2.2.** Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**17.2.2.1.** Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, a LOCATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a **01 (um)** aluguel, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

**17.2.3.** Igual direito previsto no item 17.2.2 (e respectivo subitem) assiste à LOCADORA, que poderá requerer para si o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficando dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCATÁRIA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**17.3.** Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoração, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

**17.4.** O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

**17.5.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**18. CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS**

Digitalizado com CamScanner



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PENEDO**

18.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela LOCATÁRIA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

**19. CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO**

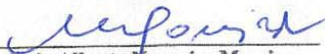
19.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial do Município será providenciada pela LOCATÁRIA, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

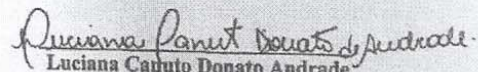
**20. CLÁUSULA VINTE - DO FORO**

20.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca do Município de Maceió/AL.

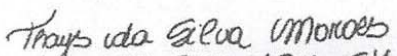
E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Penedo/Alagoas, 10 de Junho de 2021.


  
Luiz Alberto Fogueira Moreira  
Secretário Municipal de Fazenda

  
Luciana Caruto Donato Andrade  
Representante Legal

TESTEMUNHA :

1.   
CPF: 095.504.484-67

TESTEMUNHA:

2.   
CPF: 054.366.554-66

Digitalizado com CamScanner